



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

O ENSINO DE INGLÊS NA PROPOSTA CURRICULAR TOCANTINENSE: ENTRE EXPECTATIVAS E SILENCIAMENTO.

Gilberto A. Araújo¹

Resumo: Este artigo pretende identificar representações discursivas sobre o próprio documento curricular em língua estrangeira, bem como sobre o ensino escolarizado de língua inglesa e seus docentes, a partir do ponto de vista oficial. Para tanto, utiliza concepções de Pêcheux (1995;1997; 2006) e Orlandi (1998; 1999) quanto ao esquecimento, assujeitamento, formação ideológica e discursiva. Os documentos curriculares projetam esse mesmo ensino em um extenso horizonte de expectativas com relação a sua significância; tendem a sobrelevar o discurso científico e literário na medida em que procuram reservar o silêncio à voz do docente em sua prática cotidiana. No sistema econômico (ou em seu uso/utilidade) busca as respostas para os porquês do ensino desse idioma no Tocantins. Por fim, a identidade dos sujeitos redatores do documento surge entre inteireza e dispersão.

Palavras-chave: discurso; língua inglesa; Tocantins.

Abstract: This article aims to identify discursive representations about the curricular document itself in foreign language, as well as English language teaching at school and its docents, from an official point of view. Therefore, it uses Pêcheux's (1995;1997; 2006) and Orlandi's (1998; 1999) conceptions towards forgetting, subjection, ideological and discursive formation. Curricular documents project that very teaching into an extensive horizon of expectations in relation to its significance; they tend to overestimate scientific and literary discourse as they seek to reserve silence to the teacher's voice in her/his everyday practice. They search for answers in the economic system (or in its use/usefulness) in order to explain the reasons for teaching that language in Tocantins state. Lastly, the identity of the subjects who elaborated the document emerges between entirety and dispersion.

Keywords: discourse; english language; Tocantins.

Introdução

Este texto trata-se de uma breve amostra de uma dissertação de mestrado (ver. ARAÚJO, 2014), defendida no âmbito de um dos programas de pós-graduação da

¹ Professor assistente em língua inglesa, UFPA, Faculdade de Letras Dalcídio Jurandir, Campus Universitário de Altamira.



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

Universidade Federal do Tocantins (PPGL-MELL), na qual pudemos trabalhar com maior profundidade e extensão estes e outros tópicos aqui tratados. Sendo assim, nosso objetivo com o presente trabalho limita-se a apresentar algumas representações discursivas construídas na Proposta Curricular do Estado do Tocantins acerca do ensino de língua estrangeira, acerca do docente e de si mesma, enquanto formulação teórico-metodológica que direciona a prática escolar para o ensino de língua inglesa.

Esse documento foi produzido sob condições heterogêneas, em distintos momentos históricos e espaços sociais. Essas circunstâncias enunciativas, como os preocupantes resultados do estado no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), e a política econômica e educacional do país diante da UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) e do FMI (Fundo Monetário Internacional), por exemplo, afetaram consideravelmente os (inter)locutores que colaboraram na construção dessa proposta. No momento de sua ‘discussão’ e ‘elaboração’ (2005-2009) os habitantes do Tocantins eram impactados pelos resultados do ENEM, que apontavam um possível fracasso da educação pública no estado. Entre 2007 e 2010, os alunos de nosso Estado oscilaram entre o último e o antepenúltimo lugar no ranking nacional. Se os debates sobre a educação nacional apontavam que o insucesso era geral, os sentidos de que o Tocantins fazia-se o pior dos piores circulavam com bastante intensidade nos discursos midiáticos e político-partidários.

Pressupostos teóricos e metodológicos

A saber, Pêcheux concebe FD (Formação Discursiva) como um projeto, que sob certa conjuntura e estado de luta de classes, “determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc)” (PÊCHEUX, 1995, p. 160). Observamos ainda que essa concepção tanto é baseada na ideia foucaultiana de discurso enquanto prática, quanto na noção althusseriana de ideologia enquanto luta de classes.

Embora haja algo do materialismo marxista nesse entendimento, a teoria do materialista histórico para abordar processos discursivos é, na visão de Pêcheux, afetado pelas condições ideológicas de reprodução-alteração das relações de produção. Assim, a pretensa homogeneidade ou univocidade da FD seria, de fato, um simulacro, pois sua natureza



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

essencial é heterogênea, considerando que a ideologia é constante interpeladora do sujeito, o que afeta/altera significativamente os discursos e suas condições de manifestação.

Ainda assim, contrariando o que concebe como sendo certo idealismo da linguagem, Pêcheux (1995) acredita que há duas espécies de esquecimento que interveem na constituição do sujeito, ou seja, em suas filiações a determinadas FDs – dentre outros processos. O esquecimento nº 1 é inconsciente e ideológico, e permite ao sujeito fazer de si mesmo a fonte de tudo o que diz, denegando tudo o que não se insere na sua FD. Essa manobra concede ao sujeito a sensação de que ele é um enunciador adâmico, ao dizer de Bahktin. O esquecimento nº 2 é anteconsciente ou quase consciente, e consiste no fato de que o sujeito, na seleção de dizeres, prestigia certas formas e procura eliminar outras. Por meio dessa operação, ele acredita na univocidade de sentido do seu dizer. Trata-se de uma peleja contra a heterogeneidade e um anseio pela coerência e coesão do seu ser e dizer-fazer.

Quanto à FI (Formação Ideológica) é preciso, primeiramente, notar que esta é composta de várias FDs. Essa relação somente é possível porque as FIs são superestruturas ainda mais abrangentes e, muitas vezes, sutis, capazes de direcionar não apenas as práticas discursivas, mas também seus sujeitos. Formalmente, as FIs podem ser entendidas como um agrupamento complexo de atitudes, práticas de significação e, por conseguinte, representações mais ou menos ligadas ao posicionamento de classes, que se encontram sempre em conflito com outra[s] (PÊCHEUX, 1997). Em última instância, a FI pode ser tomada como um conjunto de práticas modais de acessar, interpretar, experienciar o mundo, o princípio motor capaz de determinar/delinear embates entre classes sociais. Cada um desses conjuntos é também construído a partir da realidade e das relações que cada classe mantém com os outros, consigo mesmo, com a história e com a linguagem, na mesma medida em que os determina.

Através desse processo em que a ideologia interpela o indivíduo para torná-lo sujeito, entendemos que as FDs perfazem a materialização linguística das FIs, que por sua vez determinam o que deve e/ou pode ser dito em dada formação social. Em termos mais pragmáticos, diríamos que a significância das expressões linguísticas provém das FDs, que em seu turno possibilitam a materialização das FIs (PÊCHEUX, 1995).

Por isso a concepção de sujeito na AD indica que este agente discursivo é assujeitado, disperso, cindido e inconsciente; porque a FI, enquanto superestrutura pré-construída e,



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

portanto, anterior ao sujeito, afeta-o de tal maneira que não permite existir um pretenso controle ou intenção idiossincrática por sua parte (PÊCHEUX, 1995).

Notamos que essa interpelação ideológica só se torna operável graças ao processo de identificação que há entre o sujeito e a FD que o determina. Este procedimento, por sua vez, faz com que língua não funcione igualmente cada vez que é tomado pelo sujeito, pois varia a identificação de sujeitos com suas FDs, bem como as condições de produção do discurso. Eis aí um dos fatores que promove o deslocamento do sujeito e dos seus modos de assujeitamento.

Assim, sob essa perspectiva qualitativa, nossa pesquisa parte primariamente da interpretação. Pêcheux (2006) nos ensina que não há descrição, explicação ou exploração neutra dos acontecimentos ou objetos. Toda linguagem é constituída pelo equívoco, porque, os enunciados são sempre passíveis a se tornarem outro. E todos eles podem ser descritos em uma série determinada a partir da dimensão, suscetíveis a prováveis pontos de deriva, que, por sua vez, oferecem lugar à interpretação (PÊCHEUX, 2006, p. 53).

Segundo esse teórico, a interpretação se constitui em “gesto”, quer dizer, um movimento ou um conjunto de atos dentro da ordem simbólica. Esta é naturalmente incompleta, marcada “pela relação com o silêncio”. Nesse sentido o papel do analista seria constituir o “vestígio do possível”, e, interpelado pelas FIs que o determinam, reerguer sua relação com a história, com o interdiscurso, onde a interpretação é materializada e exposta (PÊCHEUX apud Orlandi, 1998, p. 15, 18).

Quanto aos procedimentos de análise, adotamos três estágios básicos de análise que desdobramos a seguir (ORLANDI, 1999). O 1º estágio – e escolhemos este termo ignorando sua acepção relativa ao tempo para nos basear na ideia de ensaio, prática, experimentação, tentativa ou aposta conforme defende Morin (2008) –: constitui-se no movimento da concretude linguística para a FD, com seus elementos de sentido, seus percursos, efeitos e valores.

Precisamos, a essa altura, estar atentos à tensão criada entre reprodução e multiplicação, entre unitas e multiplex, ou entre paráfrase e polissemia. Enquanto esta diz respeito às possibilidades de efeitos de sentido, ao desvio, à falha, o equívoco e quebra do percurso de significação, aquela nos ajuda a identificar os traços da memória do discurso, os



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

elementos que servem de base às (re)formulações de um dizer consolidado na história e na linguagem.

O 2º estágio trata-se do movimento entre as FDs e as FIs ou o processo discursivo. Nesta etapa nosso papel será identificar a plataforma imaginária comum que une essas FDs. Neste ponto surge a dúvida a respeito da determinação de mais de uma FI sobre as diversas FDs. Orlandi e Pêcheux, até onde pudemos investigar, admitem a existência de mais de uma FI, porém, parece-nos que para cada conjunto de FD apenas uma FI a conforma. Diante disso, nosso percurso analítico neste procedimento é relativizar as FDs a uma FI, sendo esta responsável por aquela.

Ao atingirmos o nível imaginário, já estamos no 3º estágio, e, portanto, temos uma visão mais ampla da constituição e organização discursiva que (re)produzem sentidos tanto na dimensão empírica, quanto simbólica. Esse estágio pode ser entendido como uma estrutura de resultados construídos ao fim de todos os procedimentos anteriores (ORLANDI, 1999). É assim que chegamos a contemplar um sistema aberto e incompleto, como requer a Complexidade; uma apreensão localizada de FD e de uma FI em interação com os sujeitos sobre os quais elas se impõem.

Como nos ensina Orlandi (1999), a interação entre os sujeitos tem uma fonte essencial em comum, que é a formação ideológica que, por sua vez os interpela através de diversas formações discursivas, com as quais os sujeitos se identificam ou nas quais se inscrevem.

A proposta curricular: imagens de si.

Observamos que o texto introdutório da PC constitui-se da inserção do poema de Fernando Pessoa. Essa ação não é fortuita. Se analisarmos os possíveis sentidos que esse trecho do poeta português possa suscitar chegaremos a algumas conclusões. De um lado interpretamos a associação dos locutores ao princípio sistêmico e hologramático da Complexidade, em que a “terra” está dentro do “universo” e este na primeira. Um comprometimento com a visão ecossistêmica que os teóricos da Complexidade adotam em que os povos, os Estados, (“a aldeia”) são solidários e colaborativos entre si, não sendo um superior ao outro, mas partes igualmente integrantes e respeitáveis (“como outra terra



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

qualquer”). Além disso, a noção de que o ponto de vista do sujeito constrói a si e aos objetos, parece indicar uma identificação com a FD Científica, a de teor Complexa, evidentemente.

Nas linhas de 4 a 20 observamos como os outros elementos interdiscursivos parecem ir se entretecendo a colcha de retalhos que é o texto da PC. São vozes não declaradas, mas que fortemente constituem o dizer dos locutores do Estado, ou pelo menos de seu corpo técnico-científico: o discurso jurídico da maioria penal e civil em atos da vida pública (linha 8); o da ciência geográfica (linha 12); e o da vida como processo biológico (linhas 24-27); o discurso político da diversidade e da inclusão da multiplicidade (linhas 4-6; 19-20; 24-25).

Este último poderia ser considerado, na visão de Pechêux, uma resistência pontual, diferente da resistência ativa. Uma postura que diante da FI sob a qual vive a sociedade ocidental, não causa de fato uma revolução, mas tão somente um marco de discórdia, um instante, nada mais. De modo geral, resistências dessa natureza, ao invés de desidentificarem os sujeitos, apenas operam a permanência da mesma FI.

A partir da linha 4, temos uma série de metáforas e paráfrases que reiteram os atributos naturais do Estado, ressignificados no discurso, para fazer do Tocantins uma comunidade, uma unidade imaginariamente e contraditoriamente constituída no múltiplo (linhas 6 e 7). Eis aí o trajeto de constituição identitária na pós-modernidade de que nos fala Stuart Hall (1995; 1996), em que os traços físicos e biológicos ganham representação na atmosfera antropológica.

Dizemos paráfrase porque nas linhas 4, 12, 17 e 21 há uma retomada do discurso literário semelhante ao de José de Alencar em *O Guarani* (1829-1877), ou ao conceito do ‘Bom Selvagem’ de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778).

Esse efeito de sentido é ocasionado pelo contato entre a sociedade mercantilista, com sua burguesia nascente, e as Américas ainda não subjugadas por essa FI. Sob determinação dela as sociedades europeias desenvolveram, à época do ‘descobrimento’ desse continente, a noção de civilização e progresso iluminista. Na FD dos literatos transpõe-se esse choque em ares idílicos, nos quais o índio ou o nativo é a forma boa e plena da humanidade, à beira da corrupção pela sociedade civilizada.

Nesse ponto o texto da PC, em busca da hegemonia do sentido e da harmonização dos elementos do discurso sobre os quais constrói ‘autoria’, parece contrastar no intradiscurso a



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

noção de homem/paisagem selvagem/natural e civilizado(a). Podemos ver lado a lado uma subjetivação universal, à medida que os locutores se deixam interpelar pela FI crendo na univocidade do que dizem (sem questioná-lo), e também uma subjetivação desidentificatória, na qual os locutores são impelidos ao respeito e aceitação da diferença, bem como ao relativismo cultural, que nada mais é do que a transposição do mito do bom selvagem em ciência.

É aí que entra a noção das metáforas que são internas às paráfrases. Possivelmente essas ‘figuras de discurso/linguagem’ quanto à natureza, o homem e o nativo foram transportadas do discurso colonial/literário para o discurso ecológico. Deslocados de uma FD do “descobridor” para outra FD científica do “descoberto”, os efeitos de sentido daquelas figuras foram levemente alterados. E nós percebemos que houve o efeito metafórico e não apenas parafrásico, primeiro porque mesmo nas obras literárias (fonte da paráfrase) essas figuras já são metáforas, e segundo porque uma palavra em especial (que mostraremos no parágrafo seguinte) nos permite entender que alguns sentidos foram transportados e não apenas reformulados/reinscritos.

O cerrado, a lua, o beijo do rio, a floresta amazônica e o sol passam agora a serem reinterpretados em virtude de um vocábulo aparentemente falho, escaldante (linha 17); um vocábulo que pode indicar o funcionamento do esquecimento nº 2, no qual pela seleção da forma crê-se na unidade do sentido, e é nesse ponto, então que surge o caráter polissêmico da linguagem. As palavras não são exatamente as mesmas cada vez que pronunciadas, porque o intradiscurso faz-se outro, assim como as relações de identificação no interdiscurso também se fazem outras.

Talvez seja possível notar um forte deslizamento interior a esse mecanismo de paráfrase, em que na identidade nacional, tenta-se distinguir o Tocantins para depois sedimentar sua identidade a partir dos limites territoriais do Estado federal. Como exemplo dessa dinâmica há um jogo da imagem do Tocantins com a imagem de um Brasil cronologicamente velho. Trata-se de uma manobra comum na constituição discursiva de identidades, a emersão do ser-fazer unívoco pela distinção deste perante os demais.

Com esse propósito os locutores da PC parecem recorrer à idade geológica ou histórica para inscrever o Tocantins na ordem simbólica da identidade que se constrói dele.



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

Porém, os mesmos aparentam ser impelidos à idade cronológica baseada no modo de organização capitalista em torno do tempo e do espaço; uma idade que no discurso jurídico obtém o sentido de juventude, responsabilidade, maturidade (recém-imaturidade), a transição do que é “verde” para o que é “novo”.

A FD dos literatos parece realmente ocupar um grande espaço nessa introdução da PC. Tanto o é, que os locutores do texto, ao manter um considerável número de reiteraões em torno da ideia de terra, vestem essa noção de um literariedade e parecem não se dar conta dos dispositivos de paráfrase que os determina. Parecem ser eles mesmos fontes do próprio dizer, ignorando sentidos que estão para além do discurso literário ou científico, o que seria entendido como o esquecimento nº 1 – embora, a retomada da noção de “terra” possa ser também o movimento de um elemento do discurso ecológico e não literário.

O índio, a terra, a natureza e a literatura romântica parecem penetrar essas primeiras palavras na redação da PC, tanto servindo ao propósito de reforço/construção identitária, quanto à organização de um discurso proponente. A seleção dos componentes do discurso que se constrói na PC parece insistir em uma identidade unívoca e que ao mesmo tempo aceita o múltiplo (linha 4-7; 19-20). Essa dinâmica pode se traduzir a tensão entre subjetivação universal e contraidentificatória. A primeira, como se trata de uma manobra identificatória, requer do sujeito a unidade, a coesão e a coerência (e por isso a narrativa romântica, como subproduto da FI capitalista, torna-se o modo literário de construir a vida na pós-modernidade). A segunda, como já dissemos, faz-se um pequeno ponto de discórdia (inofensiva e que em nada diminui a eficácia do funcionamento da FI) entre muitos outros dentro da visão capitalista de conceber o mundo.

Essa identidade do Tocantins também pode ter sido erguida através de mecanismos internos ao esquecimento nº 2, no qual os sujeitos selecionam os elementos disponíveis de sua FD crendo na univocidade do que dizem, porque, no caráter distintivo da identificação que pensam construir, não acham que haja pluralidade de sentidos.

Ao decorrer do texto da PC não foi possível identificar indícios relevantes do reconhecimento de qualquer outro saber que não o científico. Outras formas de saber não se mostram nem mesmo como alternativa. Aliás, a noção de alternativa traz consigo a ideia de normalidade, um sentido de norma. Com efeito, o alternativo estaria fora dessa regra,



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

portanto, seria marginal ou subalterno, o que é absolutamente improdutivo conforme Santos (1995).

A proposta curricular: imagens do ensino-aprendizagem de língua inglesa (LI) e seu docente

Pode parecer insistente de nossa parte, mas ao iniciar nossos debates sobre os tópicos acima mencionados, somos obrigados a voltar a dialética do ensino médio propedêutico e aquele voltado para o mundo do trabalho. Essas duas vias parecem polemizar as discussões sobre a aprendizagem nesse nível de ensino, bem como dirigir a “busca de identidade” (excerto 9, linha 7).

Reiteramos que essa sede de consumo e estabelecimento de identidades é fruto da interpelação capitalista e de uma crise pós-moderna (excerto 6, linha 2-5), como nos ensina Stuart Hall (1995; 1996) e Bauman (2006), que tirou dos homens e dos objetos a certeza e os lançou na dispersão de um universo multidimensional, que se expande a cada milésimo de segundo sem destino ou escalas. Talvez por isso esse conceito de identidade seja tão almejado do início ao fim da PC em análise.

Lembramos que, na perspectiva da AD, essa busca por identidade do ensino-aprendizagem no ensino médio também é reflexo da conformação dos locutores a um sujeito-formal universal, configurado pelo rompimento relativo com o teocentrismo e pela injunção da juricidade.

Diante disso, a identidade que a PC tenta constituir para o ensino médio, pretensamente pela superação da dualidade entre trabalho e prosseguimento dos estudos, volta-se novamente para: o vestibular e o mundo acadêmico (excerto 7, linhas 3 e 4); preparação para o trabalho e a cidadania; “compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos” (excerto 7, linha 8-10).

Ao introduzir o elemento da lei que habita o interdiscurso, e mantendo-o afastado da identificação no intradiscurso até certo ponto, a PC admite mais à frente que a educação “deveria garantir ao egresso a continuidade dos estudos, a preparação para a vida e, nela, à garantia da sua inclusão no mundo do trabalho” (excerto 15, linhas 10-13).



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

Quando da repetição do dispositivo legal e aparente atitude de superação em relação a ele, achamos se tratar apenas de uma heterogeneidade discursiva mostrada. Mas, além disso, notamos nesse último trecho que a estratégia era apenas uma retomada, um dispositivo parafrásico. O que indicaria novamente o esquecimento nº 1: os sujeitos da PC, tentam, numa estratégia de contraidentificação ingênua, mas não conseguem reconhecer outros elementos que estão para além das FDs que os determinam. Por isso voltam ao conceito jurídico de ensino médio, ainda que claramente não o admitam.

Dessa forma a educação serviria duplamente ao capitalismo, seja pela via da tecnologia, seja pela profissionalização e empenho direto dos jovens como mão de obra qualificada (excerto 24, linhas 9-11): “os jovens como guerreiros vigorosos cuja força e vontade de contribuir seja acolhida e integrada na transformação, para que não se percam na desoladora vereda da autodestruição”.

A ‘transformação’ acima mencionada, se comparada com os outros elementos do intradiscurso, parece ser apenas um mecanismo de manutenção da mesma FI. Dificilmente os sujeitos se desidentificam de sua forma, rebelando-se contra sua FI, apenas operando por contraidentificação.

Reconhecendo a insuficiência do tempo e do espaço na escola os sujeitos da PC pregam uma concepção de ensino-aprendizagem baseada em competências e habilidades (excerto 14, linhas 3-7). Aliás, cabe-nos notar, antes de abordar essa última questão, que a compreensão a respeito do tempo e do espaço na escola inscrita no documento curricular pode ser fruto da organização social e dos modos de produção que o capitalismo impõe aos sujeitos.

Ora, possivelmente mais uma contradição no intradiscurso, uma incoerência. A mesma PC que defende a libertação dos sujeitos, admite agora que o tempo-espaço é insuficiente para fazê-lo na plenitude do que se espera. Por um lado a FD de professor-técnico do Estado os impele a prosseguir um discurso motivador e proponente para as massas, e para apaziguar as lutas de classe com sentidos de paz e esperança (excerto 5), de unidade e exaltação das belezas naturais do território empírico; o choque de elementos dessa com a FD técnico-científica faz surgir o modo de funcionamento do imaginário capitalista e a forma deste conceber os lugares e o tempo.



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

Pode haver também um embate entre o direito-dever do sujeito-forma jurídico e os propósitos da FI que o determina. Isso mais uma vez pode ter sido causado pelos pontos de discórdia que FD científica cria no seio do ideário capitalista. Por isso os locutores da PC dizem reivindicar uma educação libertadora (que “a nova legislação busca alavancar” [excerto 6, linhas 1 e 2]), quando não podem, através do Estado que os rege, tempo e espaço suficientes para a realização de um processo educativo que chegue a alcançar esses pretensos fins de emancipação – notamos que nessa situação também opera o modo de subjetivação universal passiva e o esquecimento nº 2, pelos quais o sujeito acredita-se coeso e coerente, quando os diversos valores contidos na dispersão das FDs os empurram inevitavelmente para a contradição.

Para além disso, e obviamente, a PC usa os interesses econômicos na esfera do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) e o poder capitalista e hegemônico dos países de língua inglesa para respectivamente justificar o prestígio/escolha do espanhol e do inglês como LEMs. Observe-se que enquanto o primeiro é optativo – provavelmente porque o Brasil mantém relações econômicas menos impositivas com os países que o utilizam – o último é obrigatório – dado o poderio político e financeiro das nações que o tem como idioma oficial e que investem maciçamente na propagação do mesmo (TOCANTINS-SEDUC, 2009, p. 187).

A FI interpela nos sujeitos a concepção de língua como capital, de certo modo. Língua é ‘poder’, e por essa razão o inglês se mantém no currículo escolar e foi a única considerada, dizem os locutores da PC (excerto 27, linha 18) – visto que o espanhol seria implementado posteriormente (excerto 27, linha 30-33).

Subjazem a esses deslizos, essas retomadas que deixam escapar o ato falho, outras incongruências que constituem o intradiscurso em um movimento exo-endomórfico. Ao lado da visão de linguagem como “eixo de comunicação e interação” (excerto 25), como “espaço dialógico” (excerto 26, linhas 15-20), “bem cultural” (excerto 32, linhas 1-2), escapam sentidos de um idioma como “ferramenta” (excerto 32, linhas 12-13), uma língua que está sujeita aos polos certo e errado, e que por isso está sujeita à ‘correção’. Na verdade, ensinar os alunos falar “corretamente” uma língua (excerto 32, linha 20-22) parece ser um dos objetivos que escapa na série de deslocamentos de sentido na PC.



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

Quanto à abordagem de ensino da LI, parece prevalecer a comunicativa interacional (excerto 28, linhas 1-4) aliada ao conceito de letramento (excerto 28, linhas 5-9). Porém, observamos que o conceito de letramento que se insere na PC parece restringir-se à categoria autônoma (excerto 26, linhas 3-4), já que a desidentificação discursiva e a viragem ideológica podem ser consideradas um incômodo/ameaça à manutenção da dominação capitalista. Nesse ponto a FI parece assujeitar com firmeza os locutores da PC.

Por outro lado, na prática cotidiana, os professores de inglês são obrigados a seguir uma tabela denominada de conteúdos mínimos. Seu acompanhamento na nossa escola-campo é rígido do ponto de vista formal, e nos discursos de coordenadores, diretor, assessor de currículo, não parece ser apenas uma sugestão como aponta PC.

Evidente que a essa altura a um embate de dois discursos sob a mesma FD. Aquele que determina o corpo técnico-docente do Estado, e outro que perpassa a vida do professor profissional liberal ou servidor público. O conflito de interesses parece bastante latente, e o aparelho estatal entra em cena para representar o terceiro partido da disputa, que com sua rede institucional acaba por impor, de certo modo, aos sujeitos de outras classes. A despeito dessas e de outras condições de ensino a PC parece dar mais prevalência à modalidade oral do que a escrita. Do ponto de vista da abordagem comunicativa parece ser um forte alinhamento, do ponto de vista prático e do real contexto, talvez nem tanto.

Por fim, abordaremos a imagem do professor nesta PC e, quando possível, sua relação com o processo ensino-aprendizagem.

Sob o conceito de ‘utopia’ (excerto 23, linha 35), a PC vai entretecendo a imagem do docente. A polissemia dessa palavra no contexto da PC é extremamente fecunda. E é sob seu manto significativo que a PC vai concebendo o docente como ‘intelectual transformativo’ (excerto 17, linha 4), ativista social, agente político (excerto 18, linha 1-2), trabalhador social ou reacionário (na visão freiriana, excerto 21, linhas 3 e 6), militante da justiça social e pesquisador da sala de aula (excerto 23, linhas 4 e 5).

Em virtude desse quadro, é possível supor a dificuldade, mas não a impossibilidade, de que os professores assumam essas representações de sua identidade profissional com vista à mudança social sem antes conseguir mudar a sua própria situação.



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

Ao contrário do discurso pedagógico, a FD do professor (o profissional cotidiano) nem sempre comporta a utopia ou o sonho de transformar o mundo. Parece-nos que ao longo da história esses elementos foram perdendo espaço nessa formação. Em seus discursos esses são componentes pouco compreendidos, ou cujas implicações e suscitações podem ser extremamente negativas e depreciativas.

A PC imagina um professor que transforma a sociedade, e outro que apenas reproduz sua organização; um docente ativista/militante político, e outro que apenas exerce sua profissão, no sentido mais elementar e material. Contudo, elege-se como ideal aquele que “desenvolve um entendimento sistemático das condições que configuram, limitam ou potencializam sua ação” (excerto 22, linhas 1-3); e mais que isso, aquele que tem o dever de se “assentar sobre o bom julgamento, ilustrado pelo saber” (excerto 22, linhas 6-7); que a partir da práxis em sala de aula (excerto 31, linhas 1-3) aplica-se à “utopia da construção de um novo mundo onde a cidadania e a verdadeira competência sejam evidenciada” (excerto 23, linhas 34-36).

Algumas opacidades se formam quando os locutores da PC constroem essas imagens do professor: primeiro não temos clareza do que seja o “bom julgamento”; segundo, não há certeza sobre o que seja essa “verdadeira competência”. Enquanto aquele parece ter sido originado no universo moral, este parece estar ligado aos discursos clássicos sobre ciência enquanto verdade a ser perseguida e encontrada, conforme sugerimos anteriormente.

Pelos atributos da polissemia, bem como pelas possibilidades abertas ao esquecimento nº 2, o professor representado na PC parece ficar entre o ativismo sócio-político, o julgamento das virtudes morais (bom, mal, certo, errado) e a busca pela verdade que a ciência, movida pelo conceito de competência (ou competição), pode oferecer. Talvez essa seja a imagem discursiva de um personagem utópico, no sentido do impossível; no sentido de que conformada à forma jurídica pós-moderna apenas uma vertente se lhe apresenta, a do dever e não a do direito.

Do ponto de vista da luta de classes isso parece ser compreensível. Ao proletariado, muito mais que direitos, são impostos encargos e responsabilidades que, na maioria das vezes, sustentam a prevalência da burguesia e mantêm a massa trabalhadora dentro dos limites que o capitalismo prevê. Com a contração do tempo ou a insuficiência dele, e sob as urgências do



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

trabalho não há espaço para refletir sobre a própria condição. Reiteramos que o ‘libertador’ que não pode por livre a si mesmo, porque está absorto no trabalho que a FI lhe impõe, dificilmente conseguirá fazê-lo com outros.

A atmosfera idílica da abertura do texto é retomada em certo ponto. Desta vez o contraste parece ser maior, não apenas porque se trata de um gênero discursivo formal, no qual não se espera literariedade, mas também porque os mecanismos de reprodução do capital e suas emergências parecem contrastar com certas imagens da literatura romântica que transforma o educando em “jovens guerreiros vigorosos” (excerto 24, linha 9) e os professores em “momentâneas certezas no mar das incertezas” (excerto 24, linha 12); e o Tocantins, antes genuíno, agora é terra de peregrinos (excerto 24, linhas 13-15), fonte de águas cristalinas que sacia a sede desses mesmos sujeitos.

Por fim (exceto 24, linhas 16-17), como uma influência do discurso mecanicista de ciência, entrecruzado ao literário, todos passam a ser designados como poetas, artistas criadores e multiplicadores de energia, seguidores das leis universais, da retidão de um universo, que sob o discurso da complexidade excede o conceito do reto, para lançar-se na concepção de caos, desordem e organização sistêmica aberta e entrópica, auto-recursiva.

Considerações finais

É possível notar que tanto PCN quanto a PC representam o reconhecimento das inúmeras dificuldades enfrentadas encontradas no ensino de língua estrangeira, relativamente mais do que em comparação a língua materna, por exemplo. No entanto, poderíamos notar que a PC procura silenciar as críticas diretas ou menções à situação contemporânea do ensino de LI. De fato, o documento raramente expõe algum enunciado através do qual seja possível reconstruir os sentidos atribuídos ao ensino de LI por professores da rede pública estadual.

Parece-nos que nela, em detrimento do espaço do dizer docente, privilegia-se o da FD considerada científica. Diferentemente dos PCN, a PC não parece procurar relacionar as vozes das salas de aulas com os longos enunciados teóricos das academias ou com a prosa de José de Alencar, ou mesmo a poesia de Fernando Pessoa.

Independentemente das razões, o que pudemos notar foi a abertura bastante significativa para o discurso literário, sobretudo no início do documento. E como seria de se



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

esperar, valores desse mesmo discurso são retomados ao longo do texto. Quando não, é possível notar, através de deslocamentos, a transição entre um e outro, ou seja, entre o científico e o literário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, G. A. *Representações sobre o ensino-aprendizagem de língua inglesa: entre os documentos oficiais e a fala do professor da Escola pública*. 2014. 183 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Língua) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína.

BAUMAN, Z. *Liquid Modernity*. 6 imp. Malden: Polity Press, 2006.

HALL, S. Who Needs ‘Identity’? In: DU GAY, P.; HALL, S (org.). *Questions of Cultural Identity*. 2ª imp. London: Sage Publications, 1996. p. 1-18.

_____. et alii (org.). *Modernity: An introduction to modern societies*. Oxford: Blackwell Publishers, 1995.

MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. 5ª ed. São Paulo: Instituto Piaget, 2008.

ORLANDI, E. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. de E. P. Orlandi et alii. Campinas: Unicamp, 1995.

_____. *Análise Automática do Discurso*. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.) *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. de E. P. Orlandi. Campinas: Unicamp, 1997, pp 61-121.

_____. *O Discurso - estrutura ou acontecimento*. Trad. de E. P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2006.

SANTOS, B. de S. *Um discurso sobre as ciências*. 7ª ed. Lisboa: edições Afrontamento, 1995.